ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 02/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 63/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Carlos Gomes, 250, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 1*.4**.0**/0001-8*, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **CLEVSON RODRIGO FREITAS,** nos termos, nos termos da Lei n°. 14.133/21, Decreto nº 2.661/2025, e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2026**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços do **ANDREA C. SCHUCKES BOMM LTDA** inscrito no CNPJ 1*.5**.6**/0001-8*, representado neste ato pela Sra. **ANDREA CRISTINA SCHUCKES BOMM** portador do CPF n°. 0**.8**.1**-5* para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Eletrônico supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NECESSAIRES PERSONALIZADAS, DESTINADAS AOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, COM A FINALIDADE DE ATENDER, DE FORMA CONTÍNUA, ORGANIZADA E PLANEJADA, ÀS AÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS, CAMPANHAS, EVENTOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE VOLTADAS À PROMOÇÃO, À PREVENÇÃO, À EDUCAÇÃO, À ORIENTAÇÃO E AO CUIDADO INTEGRAL EM SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA DO MUNICÍPIO, CONTRIBUINDO PARA O INCENTIVO ÀS PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO, À HIGIENE PESSOAL, À QUALIDADE DE VIDA, AO BEM-ESTAR E À PROMOÇÃO DA SAÚDE, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES DAS EMENDAS EMI-2025-0017 E EMI-2025-0015, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC,** conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contados a partir da data de 14 de outubro de 2026, A presente contratação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, inclusive a renovação dos quantitativos originais da Ata.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Jaborá não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FORNECEDORES, ITENS E PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado abaixo:

LOTE 01 – NECESSAIRE IDOSOS					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1.	**NECESSAIRE PORTA-MEDICAMENTOS PERSONALIZADA, CONFECCIONADA EM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E DURÁVEL, NA COR PRETA, COM ACABAMENTO REFORÇADO E ADEQUADO PARA ACONDICIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO E TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS E ITENS DE USO PESSOAL.** DEVERÁ POSSUIR DIMENSÕES APROXIMADAS DE 24 CM DE COMPRIMENTO X 10 CM DE LARGURA X 13 CM DE ALTURA, CONFORME MODELO DE REFERÊNCIA APRESENTADO PELA ADMINISTRAÇÃO. A NECESSAIRE DEVERÁ POSSUIR 03 (TRÊS) DIVISÓRIAS/COMPARTIMENTOS INTERNOS, DESTINADAS À MELHOR ORGANIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS MEDICAMENTOS E DEMAIS ITENS, ALÉM DE 01 (UMA) ALÇA LATERAL, RESISTENTE E DEVIDAMENTE FIXADA, QUE POSSIBILITE O TRANSPORTE E MANUSEIO COM SEGURANÇA, CONFORME MODELO DE REFERÊNCIA. **DEVERÁ APRESENTAR 02 (DOIS)**	UNIDADE	1.300	R$ 21,45	R$ 27.885,00

	BORDADOS PERSONALIZADOS, SENDO, EM UMA DAS FACES, O TEXTO "SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE" E COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO, NA FACE OPOSTA, O TEXTO "PORTA MEDICAMENTOS", SENDO COM A LOGO DOS MEDICAMENTOS (CONFORME MODELO REFERÊNCIA) AMBOS OS LADOS CONFECCIONADOS EM BORDADO DE BOA QUALIDADE, COM ACABAMENTO UNIFORME, LEGÍVEL, RESISTENTE E FIRMEMENTE APLICADO AO MATERIAL. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR **COSTURAS FIRMES E REFORÇADAS, ACABAMENTO ADEQUADO, BOA RESISTÊNCIA AO USO, DIVISÓRIAS BEM ESTRUTURADAS, ZÍPER FUNCIONAL E ALÇA LATERAL DEVIDAMENTE FIXADA**, NÃO SENDO ADMITIDOS PRODUTOS COM RASGOS, MANCHAS, DESFIAMENTOS, FALHAS DE COSTURA, ZÍPER TRAVANDO OU COM FUNCIONAMENTO IRREGULAR, CURSOR SOLTO, ALÇA MAL FIXADA, BORDADOS DESALINHADOS OU QUAISQUER OUTROS DEFEITOS QUE COMPROMETAM SUA QUALIDADE, FUNCIONALIDADE, DURABILIDADE OU APRESENTAÇÃO. A CONFIGURAÇÃO, DISPOSIÇÃO DAS TRÊS DIVISÓRIAS, FORMATO, ACABAMENTO, ALÇA LATERAL E DEMAIS CARACTERÍSTICAS VISUAIS DEVERÃO OBSERVAR O MODELO DE REFERÊNCIA DISPONIBILIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO, SEM PREJUÍZO DO ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.				

					
				VALOR TOTAL R$	**27.885,00**

3.1.1. Nos preços estão inclusas todas as despesas com fornecimento dos materiais, transporte, aplicação, tributos, encargos e benefícios, não restando ao Município qualquer despesa excedente.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3. Os itens deverão ser entregues conforme solicitação do município, por conta e risco da licitante, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas:

3.3.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer e entregar as **necessaires personalizadas** no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, observando-se o fornecimento parcelado conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. As solicitações poderão ocorrer em qualquer quantitativo definido pelo Município, não sendo admitida a exigência, pela CONTRATADA, de pedido mínimo, valor mínimo de faturamento, quantidade mínima de fabricação ou qualquer outra condição que restrinja ou dificulte o atendimento integral da demanda administrativa. As entregas deverão ser realizadas nos locais, datas e condições previamente indicados pelo Município de Jaborá/SC.

3.3.2 A CONTRATADA reconhece e aceita que o cumprimento dos prazos de entrega constitui obrigação essencial da contratação, comprometendo-se a

atender integralmente às Ordens de Fornecimento expedidas pela Administração, independentemente da quantidade solicitada. É expressamente vedada a recusa de fornecimento, a postergação injustificada da entrega ou a imposição de condicionantes não previstas no instrumento convocatório ou contratual. O atraso, a entrega parcial injustificada, a recusa de fornecimento ou o descumprimento das condições estabelecidas caracterizarão inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato, quando houver, e na legislação vigente, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, declaração de inidoneidade, extinção da contratação e demais penalidades cabíveis.

3.3.3 Todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao integral cumprimento do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando, a **transporte, frete, seguro, embalagem, acondicionamento, carregamento, descarregamento, manuseio, personalização das necessaires, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos inerentes à fabricação, personalização, fornecimento e entrega dos produtos**, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA. Não será admitida, sob qualquer hipótese, a cobrança de valores adicionais, complementares ou extraordinários da Administração Pública em razão desses serviços ou despesas.

3.3.4 Fica expressamente vedada a imposição de quantidade mínima, valor mínimo de pedido, quantidade mínima de fabricação, faturamento mínimo ou qualquer outra limitação para o fornecimento das necessaires, não podendo a DETENTORA DA ATA se recusar a realizar a entrega sob a alegação de baixa quantidade solicitada. A empresa deverá atender integralmente às solicitações da Administração Municipal, independentemente do quantitativo requisitado, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

3.3.5. As necessaires deverão ser fornecidas rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, características, dimensões, materiais, acabamento, cores, personalização e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, não sendo admitida a substituição por produto similar, equivalente ou de características diferentes sem prévia e expressa autorização da Administração, quando legalmente cabível.

3.3.6. A personalização das necessaires deverá seguir fielmente as orientações,

modelos, artes, inscrições, logomarcas, brasões, cores e demais elementos fornecidos ou aprovados pelo Município de Jaborá/SC, não podendo a CONTRATADA alterar, suprimir, acrescentar ou modificar qualquer elemento sem autorização prévia da Administração.

3.3.7. Antes da produção definitiva das necessaires, quando solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá apresentar amostra, prova digital, arte para aprovação ou outro meio de conferência da personalização, conforme definido pelo Município, ficando a produção condicionada à aprovação da Administração quando essa exigência estiver prevista no procedimento de contratação.

3.3.8. As necessaires deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embaladas e acondicionadas, sem rasgos, manchas, defeitos de fabricação, falhas de costura, deformações, danos decorrentes do transporte, problemas de acabamento ou quaisquer outras características que comprometam sua qualidade, funcionalidade ou apresentação.

3.3.9. Não serão aceitos produtos que apresentem personalização divergente da aprovada, impressão ou aplicação irregular, erros de grafia, logomarcas incorretas, cores incompatíveis com o padrão estabelecido, acabamento inadequado ou qualquer outra desconformidade em relação às especificações do Termo de Referência.

3.3.10. Constatada qualquer irregularidade, desconformidade, defeito ou inadequação nos produtos entregues, a CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, a substituição dos itens recusados, sem qualquer ônus adicional para o Município, no prazo estabelecido pela Administração, contado da comunicação formal da ocorrência.

3.3.11. A aceitação ou o recebimento das necessaires pela Administração não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, quantidade, funcionalidade, personalização e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo a empresa responsável por eventuais vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados, nos termos da legislação aplicável.

3.3.12. A entrega deverá ser realizada de forma integral em relação a cada Ordem de Fornecimento, salvo autorização expressa da Administração para entrega parcial, não sendo admitida a fragmentação injustificada do

fornecimento que possa prejudicar o planejamento, a organização ou a execução das ações destinadas à população idosa.

3.3.13. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições necessárias para assegurar a regularidade, continuidade, qualidade e padronização do fornecimento, garantindo que as necessaires entregues em diferentes solicitações mantenham características compatíveis com as especificações originalmente estabelecidas.

3.3.14. Eventuais alterações de matéria-prima, modelo, composição, acabamento, dimensões, processo de personalização ou demais características das necessaires somente poderão ocorrer mediante prévia autorização do Município, quando admitidas pela legislação e desde que não impliquem prejuízo à qualidade, funcionalidade ou finalidade do objeto.

3.3.15. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela adequada execução do fornecimento, desde a fabricação e personalização até a entrega definitiva das necessaires nos locais indicados pelo Município, observando todas as especificações e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

3.3.16. A entrega das necessaires deverá ser acompanhada da respectiva documentação fiscal e demais documentos exigidos pela Administração, devendo constar nos documentos de fornecimento as informações necessárias à correta identificação dos produtos, quantitativos e demais elementos pertinentes à Ordem de Fornecimento.

3.3.17. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas pelo Município quanto aos locais e horários de entrega, sendo responsável por comunicar previamente qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento do prazo, sem que tal comunicação implique, por si só, aceitação automática de atraso pela Administração.

3.3.18. O fornecimento das necessaires será realizado de forma parcelada e conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, não havendo obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos registrados, ficando cada aquisição condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade dos recursos e às demais condições legais aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

3.4 A entrega será acompanhada pelo responsável e fiscal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.5 As despesas decorrentes do fornecimento, transporte de materiais e equipamentos para a total e plena execução dos serviços, objeto do presente termo correrão(ão) sob responsabilidade da detentora da ata, sem custo extra para a administração.

3.6 Por ocasião do recebimento dos itens, os órgãos requisitantes, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, estando a proponente vencedora obrigada a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.

3.7 O aceite dos itens não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

3.8 Caso os itens sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.9 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.10 Órgãos participantes desta licitação as Secretarias, como segue abaixo:
a) Secretaria Municipal de Saúde.

3.11 Durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do órgão gerenciador.

3.12 Caberá ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços verificar junto a DETENTORA a capacidade de fornecimento pelo órgão ou entidade aderente.

3.13 Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quíntuplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

4.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

4.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.6 **A nota fiscal deverá estar acompanhada dos documentos que comprovem a sua regularidade fiscal.**

4.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.8 Os pagamentos realizados serão efetuados em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012, devendo a **DETENTORA/CONTRATADA** observar as seguintes condições:

a) Os documentos fiscais, notas fiscais, faturas ou recibos deverão ser emitidos com observância às regras de retenção dispostos na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.

b) A **DETENTORA/CONTRATADA** deverá indicar no campo "observação" do documento fiscal sua condição de imunidade, isenção e/ou dispensa com o respectivo amparo legal.

PARAGRAFO ÚNICO – Na ausência de informações sobre a condição de imunidade, isenção e/ou dispensa de que trata o "item b" o pagamento será processado observando-se as regras de retenção dispostos na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012.

4.9 A Prefeitura Municipal de Jaborá **terá o prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da apresentação do documento fiscal para **aceitá-lo ou rejeitá-lo**.

4.10 O documento fiscal não aprovado pelo Município Jaborá será devolvido à **DETENTORA/CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se **o prazo estabelecido no item 4.9**, a partir da data de sua reapresentação.

4.11 devolução do documento fiscal não aprovado pela Prefeitura Municipal de Jaborá em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda os fornecimentos.

4.12 Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão **de 0,5% (meio por cento)** ao mês, calculados proporcional ao tempo em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA (QUANDO APLICÁVEL)

5.1. A Contratada deverá prestar garantia conforme disposto no art. 26, da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.1.1. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes à fornecimento de garantia acima citado, tais como deslocamentos, alimentação, hospedagem, fretes, etc.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, em caso de prorrogação da vigência da ata, aplicando-se o índice INPC, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021,

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados,

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação,

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado,

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável,

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista Decreto nº 2.661, de 2025, ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público,

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto nº 2.661 de 22 de abril de 2025.

8.4.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Município de Jaborá procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou Autoridade Máxima previstos no art. 137, II, da Lei n° 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.3. Manter durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.4. Deverá ainda, conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto deste contrato, aos servidores da Administração Pública e dos Órgãos de Controle Interno e Externo;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei n° 14.133, de 2021.

9.1.7. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.8. Os itens deverão ser fornecidos, conforme solicitação do Município, por conta e risco da licitante, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas;

9.1.9. Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo **representante legal** obrigatoriamente no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o seu recebimento. Caso a assinatura não seja realizada dentro desse prazo, a ata será automaticamente repassada ao segundo colocado.

9.1.10 Os tributos incidentes sobre o valor poderão ser retidos pela CONTRATANTE e recolhidos diretamente ao órgão legitimado, conforme legislação respectiva, mas a não retenção não exime a CONTRATADA de arcar com suas obrigações fiscais, ou indenizar a CONTRATANTE, pelos prejuízos que lhe foram causados decorrentes de tal omissão.

9.1.11 Todos os tributos, seguros, contribuições previdenciárias e quaisquer outros incidentes e despesas que venham a incidir sobre esta prestação de serviços estão incluídos no preço deste instrumento e serão suportados unicamente pela CONTRATADA.

9.1.12 Constitui obrigação da CONTRATADA verificar e exigir, previamente à entrega dos produtos ou à execução dos serviços, a devida autorização formal emitida pela Administração Municipal, por meio de documento oficial competente, não podendo realizar fornecimentos com base em solicitações

verbais, mensagens informais, comunicações extraoficiais, documentos internos não autorizativos, PMS ou quaisquer outros meios que não configurem autorização oficial, sendo de sua inteira responsabilidade eventual fornecimento realizado em desacordo com esta disposição.

9.1.13 A CONTRATADA obriga-se a inserir, **obrigatoriamente, no rodapé de cada Nota Fiscal emitida**, além do **número da autorização prévia fornecida pela Administração Municipal**, as informações referentes às **Emendas EMI-2025-0017 e EMI-2025-0015**, bem como o **número da autorização emitida pelo setor competente do Município**, conforme documento de autorização fornecido para cada aquisição. As informações deverão ser apresentadas de forma clara e legível, permitindo a adequada identificação da origem dos recursos e da autorização correspondente à despesa.

9.1.14 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada **exclusivamente** para o endereço eletrônico **financas@jabora.sc.gov.br**, considerado o **único canal oficial** para recebimento desse documento. É **expressamente vedado** o envio de Notas Fiscais, documentos formais ou arquivos oficiais por meio de WhatsApp, mensagens instantâneas, contatos pessoais ou quaisquer outros canais informais.

9.1.15 O uso de aplicativos de mensagens poderá ocorrer **somente para fins de esclarecimentos, orientações preliminares ou eventuais questionamentos**, não substituindo, em nenhuma hipótese, os canais oficiais de comunicação e protocolo.

9.1.16 A CONTRATADA deverá conferir, antes do encaminhamento da Nota Fiscal, se constam no documento todas as informações exigidas nesta cláusula. A ausência, incorreção ou insuficiência das informações referentes às **Emendas EMI-2025-0017 e EMI-2025-0015 e ao número da autorização emitida pelo setor competente** poderá ensejar a devolução da Nota Fiscal para correção, ficando o pagamento condicionado à sua regularização.

9.1.17 O Município não se responsabilizará por documentos, informações ou comunicações encaminhadas a endereços eletrônicos não oficiais ou por meios não autorizados, tampouco por atrasos, prejuízos ou impedimentos decorrentes do descumprimento das obrigações ora estabelecidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, a empresa CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

10.1.1. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:
10.1.1.1 Advertência por escrito, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração,
10.1.1.2 Multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada a 10 (dez) dias de atraso.
10.1.1.3 Ultrapassando o atraso pelo prazo de 10 (dez) dias previsto no subitem 10.1.1.2, multa de até 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o valor do objeto ou da parte não cumprida, conjuntamente com:
10.1.1.4. Impedimento de licitar e contratar a Administração, pelo prazo não superior a três anos.
10.1.1.5. Extinção Contratual.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:
10.2.1. Multa de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.
10.2.2. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova contratação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
10.3. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.2.1 será o valor inicial do Contrato.

10.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Jaborá, e ainda, o ressarcimento de valores correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.5. As penalidades de multas acima previstas poderão ser descontadas dos

pagamentos subsequentes a que a contratada tiver direito, após aplicada a penalidade.

10.6. As penalidades previstas nesta cláusula, poderão ser aplicadas isoladas ou conjuntamente entre as mesmas.

10.7. As notificações, para aplicação de penalidades, poderão ser feitas através de forma eletrônica, valendo-se para tanto do e-mail do preposto indicado na Proposta de Preços.

10.7.1. Nos casos em que a notificação seja encaminhada via e-mail, o prazo para defesa/ recurso será contado da data de confirmação de entrega do e-mail.

10.7.2. Concomitantemente à notificação por meio eletrônico, poderá ser publicada referida notificação, no Diário Oficial dos Municípios – DOM//SC, contando-se o prazo para defesa, da data em que veicular referida publicação.

10.7.3. No caso do encaminhamento conjunto por meio eletrônico e por meio do DOM/SC, prevalecerá o prazo de contagem da data de veiculação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. As alterações decorrentes deste termo contratual (prorrogação, prazo, valor, reajuste, reequilíbrios, etc.) serão firmadas através de Termos Aditivos e Apostilamentos, dentro dos limites legais admitidos, disciplinado do art. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo ordenador de despesa de cada secretaria solicitante do objeto, designada representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da

Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

12.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

13.1. A presente Ata de Registro de Preços não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, no Portal Nacional de Contratações Públicas, (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n° 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

15.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

15.1.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº 02/2026** e a proposta da Detentora da Ata, independentemente de sua transcrição.

15.1.2. O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

15.1.3. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital, Termo de Referência, anexo "I" do edital e proposta comercial.

15.2. Com relação a **LGPD** para fins do contrato entre as partes fica definido que: "Lei Geral de Proteção de Dados, LGPD ou Lei nº 13.709/2018" significa a lei relacionada ao tratamento de dados pessoais aplicável no Brasil, país onde a CONTRATADA está estabelecida.

15.2.1. "Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou ANPD" significa o órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

15.2.2. "Dados pessoais" significa qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (titular dos dados pessoais).

15.2.3. "Controlador" significa a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

15.2.4. "Operador" significa a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.

15.2.5. "Tratamento" significa toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

15.2.6. "Violação de dados pessoais" significa a destruição acidental ou dolosa, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso não autorizado de terceiros aos dados pessoais ou incidente similar envolvendo dados pessoais.

15.3. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

15.3.1. As PARTES reconhecem que a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais no contexto da prestação dos serviços contratados no contrato principal. Nestas atividades de tratamento, as PARTES reconhecem e acordam que a CONTRATANTE é a Controladora dos dados pessoais, enquanto a CONTRATADA é a Operadora dos dados pessoais.

15.3.2. A CONTRATADA tratará os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções lícitas da CONTRATANTE nos termos deste edital ou para cumprir com a legislação aplicável.

15.3.3. A CONTRATANTE garante que o tratamento dos dados pessoais pela CONTRATADA de acordo com as instruções da CONTRATANTE não fará com que a CONTRATADA viole qualquer lei ou regulamento, incluindo, mas se limitando, a LGPD.

15.3.4. A CONTRATADA irá cessar o tratamento dos dados pessoais e notificará imediatamente a CONTRATANTE por escrito, a menos que seja proibida de fazê-lo, se tomar conhecimento ou acreditar que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viola a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

15.3.5. A CONTRATADA tratará os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos deste edital.

15.3.6. A CONTRATADA tratará os dados pessoais em conformidade com este edital e para:
15.3.6.1. Prestar os serviços contratados pela CONTRATANTE no contrato principal, de acordo com as especificações e limitações ali previstas,
15.3.6.2. Atender a quaisquer outras instruções ou solicitações enviadas pela CONTRATANTE que sejam consistentes com os termos do presente edital e da minuta contratual,

15.3.7. Cumprir qualquer lei ou regulamento aplicável.

15.4. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

15.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Jaborá, SC – 14 de outubro de 2026.

CLEVSON RODRIGO FREITAS:98601075991
Assinado de forma digital por CLEVSON RODRIGO FREITAS:98601075991
Dados: 2026.10.14 17:08:20 -03'00'

CLEVSON RODRIGO FREITAS
PREFEITO MUNICIPAL DE JABORÁ
CONTRATANTE

CAROLINE POYER BERNARDI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FISCAL DE CONTRATO

ANDREA CRISTINA SCHUCKES BOMM
ANDREA C. SCHUCKES BOMM LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

_____	_____
Jociliane Grezelle	**Heverton Hercílio Mattos**
CPF nº 1**.21*.42*-*2	CPF nº 0**.4**.84*-8*